

ANIMAIS DE TRABALHO E ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS: REVISÃO CRÍTICA

[Working animals and ethical aspects involved: a critic review]

Lilian de Rezende Jordão¹, Rafael Rezende Faleiros², Hélio Martins de Aquino Neto³

¹ Departamento de Zootecnia, Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

² Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária, Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

³ Universidade Federal de Alagoas, Campus de Arapiraca, Viçosa, AL.

RESUMO - A promoção do bem-estar dos animais de trabalho também promove o bem-estar dos seres humanos envolvidos com o seu aproveitamento. Apesar disso, os médicos veterinários (MV) estão à margem desse processo. Este trabalho abordou questões éticas envolvidas no uso de animais de trabalho, com ênfase em animais de tração utilizados no Brasil, reforçando a importância do MV neste setor. Primeiro, foi exposto um histórico resumido da domesticação e do aproveitamento dos animais para o trabalho. Segundo, as importâncias econômica, ambiental e social desse aproveitamento foram listadas. Terceiro, foram apresentadas suas condições de trabalho mais comuns. Quarto, os principais questionamentos éticos e sistemas filosóficos envolvidos foram exibidos. E finalmente, as alternativas e melhorias no uso de animais de trabalho foram tratadas.

Palavras-Chave: Animais de trabalho, bem-estar animal, ética, extensão rural, tração.

ABSTRACT - The development of the working animals welfare also promotes the welfare of the human beings involved with their utilization. Nevertheless, the veterinarians (DVM) are on the fringes of that process. The present paper focuses on ethical issues involved in the use of working animals, with emphasis on draught animals utilized in Brazil, reinforcing the importance of DVM in this theme. First, we briefly explain the history of domestication and use of animals for work. Second, we list the economic, environmental and social importance of this usage. Third, we present their more common working conditions. Fourth, we show the main ethical questions and philosophical systems involved. Finally, alternatives and improvements in the use of working animals were mentioned.

Keywords: Working animals, animal welfare, ethics, rural extension, draught.

INTRODUÇÃO

Do grego *ethiké*, ética é um ramo da filosofia que trata dos valores morais e os princípios ideais da conduta humana, sendo também definida como o conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão (Michaelis & Weiszflog, 1998). Ética é uma característica a toda ação humana e é a palavra em todos os setores e em todas as profissões, inclusive na profissão médico-veterinária (Moraes, 2003; Silva, 2004).

Existem em todo planeta, cerca de trezentos milhões de animais que são utilizados especificamente para a tração de veículos e diversos equipamentos

utilizados na agricultura ou até mesmo em áreas urbanas. Também, os animais podem ser utilizados para a vigia, o pastoreio, em atividades esportivas, turismo, em cerimônias, na produção de alimentos e produtos de origem animal, além de fornecerem adubos orgânicos (Pritchard et al., 2005; WSPA, 2006). O maior enfoque deste trabalho será em animais de tração (AT).

Os animais ao substituírem máquinas economizam bilhões de dólares em barris de petróleo e são de importância fundamental na economia agropecuária, principalmente na agricultura familiar de países em desenvolvimento, como o Brasil. Porém, muitas vezes nesse processo, o bem-

estar dos animais de trabalho não é levado em consideração, sendo muitas vezes considerados como objetos (WSPA, 2006). Essa é então uma das possíveis “coincidências entre as prioridades dos seres humanos e a manutenção de um grau aceitável de bem-estar para os animais” (Molento, 2005).

É comprovado através de vários estudos que a promoção do bem-estar dos animais de trabalho promove também o bem-estar dos seres humanos envolvidos direta ou indiretamente com o aproveitamento animal no trabalho, seja ele bem-estar mental, econômico e/ou social (Waiblinger et al., 2006). Apesar disso, os médicos veterinários (MV) estão à margem desse processo.

O objetivo deste trabalho é abordar questões éticas envolvidas no uso de animais de trabalho, com ênfase em animais de tração utilizados no Brasil, reforçando a importância do papel do médico veterinário neste setor.

PEQUENO HISTÓRICO DA DOMESTICAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO DOS ANIMAIS NO TRABALHO

Os seres humanos no início de sua existência eram nômades e extrativistas. Alimentavam-se de raízes, folhas, tubérculos, da caça e da pesca predatória. Houve o agrupamento desses indivíduos, o que permitiu o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais há cerca de dez mil anos atrás, possibilitando que os seres humanos se fixassem em territórios. Nesse momento, o homem percebeu que não precisava se locomover por grandes distâncias para se alimentar e se proteger do frio e de predadores, nascia assim a agropecuária. Desde então, os animais têm sido utilizados para os mais diversos fins desde o fornecimento de alimento e couro até o entretenimento e trabalho (Bianchi & Villela, 2005; Molento, 2005).

Domesticação é um processo em que uma população de animais se torna adaptada ao homem e ao ambiente cativo através de alterações genéticas ao longo de gerações e eventos induzidos pelo ambiente durante cada geração (Price, 1984). Desde o início da domesticação, a relação entre o homem e os animais tem sido simbiótica. Lensink (2002) citou o exemplo entre os bovinos e o homem. Os bovinos fornecem leite, esterco para adubo e combustível, força de trabalho e geração de calor e o homem fornece abrigo, nutrição, cuidados gerais e proteção de predadores (que não ele próprio). Nessa

época, a maior parte das propriedades rurais eram pequenas e o homem vivia de um ou dois animais.

Com o desenvolver das técnicas de produção e reprodução animal, incluindo a seleção artificial e a evolução da domesticação, a questão sobre o bem-estar destes animais já era considerado. O que é evidente entre os cristãos. São Tomás de Aquino considerava crueldade os atos criminosos impressos contra os animais, assim como São Crisóstomo e São Francisco de Assis cobravam deveres do homem em relação aos animais (Bianchi & Villela, 2005).

Principalmente a partir da segunda Guerra Mundial, as atividades agropecuárias intensificaram-se e a política dos países passou a ser de auto-suficiência, devendo-se produzir grande quantidade de alimentos a baixo custo. As propriedades aumentaram, a relação entre homem e o animal diminuiu e ao haver a introdução de novas tecnologias, os animais passaram a serem vistos, mais do que nunca, como seres autômatos de ação maquinal (Lensink, 2002).

Sobre o uso de equídeos nos centros urbanos, estes já foram, no passado, os únicos meios de transporte existentes, puxando charretes e bondes. Portanto, as cidades já foram repletas deles e de seus excrementos. Agora, os únicos remanescentes da população urbana são alguns cavalos policiais e os cavalos de carroceiros (Haupt, 2001).

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL DO USO DE ANIMAIS DE TRABALHO

Em todo mundo, diversas espécies animais são utilizadas no trabalho, inclusive na geração de força motriz produzida pela tração de veículos e equipamentos. Dentre elas, encontram-se as espécies canina, bubalina, bovina, equina, asinina e os muare (WSPA, 2006).

O principal uso dos animais de tração compreende o carregamento de cargas em seu dorso ou tração de veículos contendo materiais (carroças) ou pessoas (charretes), geração de força motriz de equipamentos como esmagadores de cana, bombas d'água, semeadeiras, roçadeiras dentre outros, de uso na agricultura (Ramaswamy, 1998; EMATER, 2000).

Desde o despontar da história, os animais têm feito enormes contribuições para o progresso humano. A

agropecuária não somente é de grande interesse econômico, como emprega grande parte da população mundial, direta ou indiretamente. Mundialmente, animais de trabalho, especificamente os de tração, economizam 20 bilhões de toneladas de petróleo, avaliados em dez bilhões de dólares, além de contribuírem para a preservação de recursos naturais finitos, como o petróleo. Mais de dois bilhões de pessoas em países em desenvolvimento ainda utilizam animais de tração em atividades agrícolas e transporte de cargas e pessoas em menor escala. A previsão é que essa dependência perpetue por muitos anos. Devido a sua importância, a força motriz gerada pelos animais foi incluída em uma das quatorze fontes de energia renováveis na Conferência das Nações Unidas em Nairobi, pelo Comitê de Fontes Novas e Renováveis de Energia (Ramaswamy, 1998; Lund et al., 2006).

O uso de AT, particularmente nos países em desenvolvimento, onde cerca de um bilhão de pessoas vivem na extrema miséria, provê energia suficiente para cultivar 52% das áreas semeadas e tracionar vinte e cinco milhões de veículos (Ramaswamy, 1998).

Nas áreas urbanas e peri-urbanas, os condutores de veículos de tração animal (carroceiros) e seus animais (MTE, 2010), principalmente equídeos, possuem importância fundamental, visto que colaboram para a correta destinação de resíduos, derivados em sua maioria da construção civil e para a reciclagem e correção ambiental (Silva & Ventura, 2001; Filho et al., 2004; Maranhão et al., 2006).

CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS LIMITES IMPOSTOS AOS ANIMAIS

Principalmente nos países em desenvolvimento, onde as questões do bem-estar animal (BEA) e da ciência não estão difundidas, animais de tração sofrem maus tratos de inúmeras formas, sendo negligenciados inclusive pela classe médica veterinária.

Dentre as formas de agressão, ocorrem estresse e tensão excessivos criados pela sobrecarga intensa, contusões e uso de instrumentos pontiagudos, como ferrões e chicotadas, para forçar os animais a trabalharem além de suas forças. Também, estes são privados por longas horas de alimentação (de má qualidade), incluindo ingestão hídrica, e descanso adequados, além da privação de liberdade

comportamental. Mesmo animais doentes e em estado avançado de gestação são forçados a trabalharem (Ramaswamy, 1998; Toledo, 2005).

Após sua vida útil, ou são abandonados à própria sorte, o que é comum ocorrer com animais de carroceiros nos centros urbanos, ou são encaminhados para o abate de forma não-humanitária, muitas vezes este clandestino. Quando os animais são descartados, existe ainda o sofrimento adicional, por encontrarem-se doentes e/ou enfraquecidos (Ramaswamy, 1998; WSPA, 2006).

Os próprios arreios, e demais equipamentos tais como, arados, carroças e cangas são fabricados de forma rústica e inadequada, que ferem os animais e são ineficientes. O peso aplicado desnecessariamente no dorso de um AT reduz a eficiência do trabalho, sendo que para isso precisam gerar um esforço muito maior. Adicionalmente, o feitiço das peças dos equipamentos que entram em contato com os AT geram desconforto e dor aguda, sua fricção e pressão na pele do animal geram feridas, como o mal de cernelha, cilheira e fístula de cernelha. Tradicionalmente, na América do Sul, as cangas são apoiadas nos chifres dos bovinos e bubalinos e lesam sua nuca, formando calosidades (Hovell, 1998; Ramaswamy, 1998).

A população urbana de equídeos, ao serem utilizados pelos carroceiros, ainda possuem comumente, problemas de claudicação, estresse, risco de acidentes de trânsito, más condições de hospedagem e condução realizada por carroceiros destreinados. A claudicação é exacerbada pelo deslocamento no asfalto, rígido e frequentemente quente (Haupt, 2001).

Recomenda-se que em uma jornada de trabalho de equídeos de tração, deve haver um mínimo de dois intervalos para descanso do animal, devendo dar início às sete horas até às quatorze horas. Além disso, o peso máximo da carga deve ser de 100 a 150 Kg por viagem, pois somados aos 100 Kg médios da carroça, o animal tracionará cerca de 200 a 250 Kg de peso (Toledo, 2005).

Conforme Simalenga & Pearson (2003), vacas bovinas utilizadas na geração de força de trabalho devem ter alguns requisitos respeitados: Dentre elas, melhor qualidade dos alimentos quando estão trabalhando e que não trabalhem um mês antes e após o parto. Através disso, as “Cinco Liberdades” de estarem livres de fome e sede, desconforto, dor, lesões e doenças, medo e estresse e inclusive a liberdade de expressar comportamento normal serão

respeitadas, gerando um melhor BEA e maior ganho para o produtor (Broom & Molento, 2004; Molento, 2005; WSPA; 2006).

Nos estudos de Maranhão et al. (2006) foram determinadas as afecções do aparelho locomotor mais frequentes em equídeos de tração do município de Belo Horizonte, MG. Houve, tanto nos membros torácicos quanto pélvicos, uma alta incidência de tendinite, tenossinovite, lesões osteoartríticas e desmiste do ligamento suspensório. Segundo esses autores, possivelmente o principal fator predisponente seja o excesso de peso na carroça ou a tração de carroças sob uma maior velocidade, indicando haver esforço excessivo, agravado pelas práticas de casqueamento e ferrageamento inadequadas. Sobre o manejo alimentar dos equídeos de tração da regional Pampulha desse mesmo município, Filho et al. (2004) demonstraram que a alimentação destes animais está aquém do necessário. Esses dois trabalhos dão uma dimensão das condições de trabalho impostas a essa população de animais.

Os maus tratos aos animais de trabalho são antes de tudo um problema sócio-econômico e cultural. Produtores rurais e carroceiros além de muitas vezes não terem consciência da senciência e dos direitos dos animais (ou se possuem no sentido prático da palavra se tornam insensíveis a eles), enxergando-os como máquinas, recorrem a métodos cruéis de obter mais trabalho dos AT, por que de outra forma estes e suas famílias iriam morrer de fome. Eles próprios ganham a vida com extrema dificuldade (Ramaswamy, 1998; Pritchard et al., 2005).

ASPECTOS E QUESTÕES ÉTICAS

A discussão sobre as diferenças entre homens e animais ocorre desde centenas de anos atrás. Pitágoras (582-500 a.c.) era defensor da metempsicose, doutrina em que uma mesma alma pode animar diversos corpos, animais, homens ou até mesmo vegetais. Então na visão do filósofo, todas as criaturas deveriam ser respeitadas (Raymundo & Goldim, 2002).

Segundo a ótica de René Descartes (1596-1650), filósofo natural francês, no ensaio “O Discurso do Método”, os animais eram como máquinas e desprovidos de dor e alma, expressa através da razão. Diferentemente, somente os seres humanos possuiriam uma alma racional dotada de sensibilidade. Essas idéias, ainda atualmente, fazem parte do senso comum de grande parte da sociedade,

inclusive, da vigente comunidade científica (Paixão, 2001; Raymundo & Goldim, 2002; Neta, 2004). Na prática, a exploração dos animais de produção, inclusive os de trabalho, está inserida na visão cartesiana. Exemplos podem ser apresentados como no sistema intensivo de criação de galinhas poedeiras, em que a ração é fornecida de um lado e a “máquina” libera o ovo do outro. Também, o gado bubalino ou bovino se alimenta de forragem e puxa o arado, gerando força motriz.

Senciência é a capacidade de ter sentimentos, que são estados mentais, como sensações ou emoções. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), escritor e filósofo francês, desenvolveu a idéia de que os animais eram sencientes mas não possuíam razão. Já em “Emile” (1762), ele afirmou que os animais podiam formar idéias (Dunlop & Williams, 1996).

Existem evidências científicas de que os animais sejam sencientes. Tais como, estudos comportamentais no laboratório ou a campo, e a teoria evolucionista, em que os animais como os primatas não-humanos e os seres humanos descenderiam de um ancestral comum (Paixão, 2001). Existem semelhanças neuroanatômicas e fisiológicas, o que indica haver sentimentos compartilhados entre essas espécies (Dunlop & Williams, 1996; Neta, 2004). Segundo Bateson (2004), a complexidade neural e comportamental no reino animal é de grau e não se ocorre ou não, categoricamente.

Em 1997, na União Européia, os animais foram elevados ao status de seres sencientes através do Tratado de Amsterdã. Algo que pode levar ao desenvolvimento da pesquisa em bem-estar animal, às maiores exigências socioculturais, políticas e comerciais além de erigir a importância de se respeitar os desejos e necessidades animais à países onde conceitos de BEA são desconhecidos ou ignorados (Lund et al., 2006).

Jeremy Bentham, filósofo inglês, em seu livro “Uma Introdução aos Princípios da Moral e Legislação” de 1789, afirmou que “(...) o problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar; tampouco interessa se falam ou não, o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer?” (Bentham, 1979).

Desde há muito tempo, os filósofos vem discutindo a questão do status moral dos animais, e a sua posição em relação aos seres humanos. Atualmente, essa questão é muito polemizada e ainda existe um desacordo entre os filósofos e as demais pessoas envolvidas nesse debate. Questionamentos éticos

diversos podem ser levantados em cima desse assunto e ainda sobre o uso animal para proveito dos seres humanos, ainda que ocorra sofrimento dos primeiros.

Existem vários sistemas filosóficos que justificam o uso dos animais para produção de trabalho. Dentre eles tem-se o especicismo, o antropocentrismo e o antropomorfismo. O especicismo discrimina os animais baseados em sua espécie, em que apenas indivíduos da espécie *Homo sapiens* possuiriam status moral. No antropocentrismo, o homem é o centro do universo, onde todas as coisas lhe são destinadas, as quais foram criadas somente para eles. O antropomorfismo, apesar de poder ter caráter altruísta, se baseia no antropocentrismo. Ele atribui características (exclusivamente) humanas aos animais (Ferreira, 1987; Neta, 2004; WSPA, 2006).

Robert Veatch, em sua obra “Os Fundamentos da Bioética”, afirmou que na cultura ocidental, os animais são vistos como subordinados aos seres humanos, que os utilizam como fonte de alimentos, em rituais religiosos, na medicina, esportes e na tração de veículos. Os interesses humanos são priorizados, mesmo existindo a chance dos animais sofrerem em decorrência deste uso, havendo uma grande brecha entre o status moral dos seres humanos e dos animais. Em oposição, a cultura oriental estabelece um maior status moral aos animais não-humanos, como por exemplo, a doutrina Hindu, que reverencia os animais de todas as espécies. Porém na prática, os indianos são cruéis com os animais pelo modo que eles são utilizados, seja nos matadouros ou nas fazendas (Ramaswamy, 1998; Raymundo & Goldim, 2002).

Bonney (2006) afirmou que a solução da questão do bem-estar dos animais de trabalho não pode ser radical, nem ser utópica, onde todas as espécies viveriam em harmonia e ninguém morreria, e nem cruel, onde apenas a brutalidade permaneceria. Isto seria denominado “impossibilismo”, onde as ações empregadas seriam fúteis, onde essas duas perspectivas demandariam que o mundo se modificasse, sendo aquilo que ele não é.

O baixo nível de produtividade dos AT, causado pelo seu bem-estar ruim, é uma das principais razões para a pobreza humana e sofrimento animal. Apesar dessa obviedade, o trabalho dos AT continua a ser negligenciado pelo governo e por profissionais envolvidos no desenvolvimento sócio-econômico da população (Ramaswamy, 1998).

Costa (2006) afirmou ser possível associar bons índices de produtividade e alta qualidade do produto (do trabalho) sem colocar em risco o bem-estar dos animais. Para isso, é necessário detalhar o conhecimento da biologia da espécie em questão, inclusive sobre sua etologia e definir limites éticos para nortear práticas a serem banidas e a serem adotadas.

Moraes (2003) defendeu que é preciso que cada um ceda alguma coisa para receber muitas outras e que o homem não deve construir seu bem à custa de destruir o de outros, nem admitir que só existe a sua vida em todo o universo. Pois, o egoísta é de curta visão, pragmático quase sempre, isolado em sua perseguição de um bem que imagina ser só seu.

Frente ao exposto anteriormente, podem os seres humanos utilizar os animais ao seu bel prazer? É justo com a (nossa própria) espécie humana proibir o trabalho de animais em seu benefício? Existem alternativas viáveis? E aqui a pergunta mais importante de todas: A evolução do BEA vai de encontro à evolução do bem-estar humano ou podem caminhar juntas? As diversas evidências demonstram que de uma forma ou de outra a melhoria do bem-estar dos animais de trabalho propicia a espécie humana, principalmente os indivíduos mais carentes sócio-economicamente.

Conforme o juramento do médico veterinário presente no Código de Ética Profissional do Médico Veterinário (CRMV-MG, 2002), os seus conhecimentos científicos e técnicos devem ser empregados em benefício da prevenção e cura de doenças animais, tendo como objetivo o homem. Também, no capítulo 1, artigo terceiro, o médico veterinário deve “empenhar-se para melhorar as condições de saúde animal e humana e os padrões de serviços médicos veterinários”, dentre outros. Frente a isso, é mais que uma necessidade, é uma obrigação essa categoria profissional se envolver no processo econômico e sócio-cultural da utilização de animais de trabalho pelo homem e buscar alternativas que beneficiem e elevem o grau de bem-estar de ambos.

MELHORIAS E ALTERNATIVAS AO USO DE ANIMAIS DE TRABALHO

O médico veterinário (MV), profissional que tanto lida com seres humanos quanto os animais, deve estar à frente do desenvolvimento do sistema de uso de trabalho animal, tanto devido à possibilidade de

progresso humano quanto a defesa dos direitos animais, buscando alternativas viáveis. Para isso, esse processo deve iniciar-se desde sua formação. Escolas de veterinária devem implantar em seu currículo a disciplina de bem-estar animal e a aplicação prática dessa ciência nas diversas áreas (Arkow, 1998; Ramaswamy, 1998).

A melhor forma de resolver a questão dos maus tratos no uso de animais de trabalho seria modernizar o sistema de seu aproveitamento, melhorando a tecnologia e manejo implantados, o que iria provocar enormes benefícios econômicos, o que por si só já justificaria os investimentos aplicados, além de reduzir o sofrimento animal. Investimentos na modernização do sistema de uso de AT podem vir a custar cento e cinquenta bilhões de dólares. No entanto, sua substituição por equipamentos mecânicos que utilizem combustíveis fósseis, como tratores e caminhões, pode vir a custar trezentos bilhões de dólares. Obviamente, isto está além da capacidade dos países em desenvolvimento e de trezentos milhões de fazendeiros de baixa renda (Ramaswamy, 1998).

Adequada alimentação e cuidados veterinários são importantíssimos para os AT estarem em boas condições de trabalho. Os países em desenvolvimento constantemente apresentam doenças infecciosas, tais como a febre aftosa, peste bovina a vírus, mormo dentre outras. A erradicação de tais doenças faz parte de um eficiente programa de BEA, onde o MV possui um papel chave. Deve haver a popularização de arreios, carroças e demais equipamentos adequados, mais adaptados à fisiologia animal. Além disso, se faz necessária a existência de facilidades relacionadas à infraestrutura como empréstimos a juros baixos, incentivos, campanhas através dos meios de comunicação, leis mais severas e atuantes e fiscalização para que essas sejam cumpridas. Educação e treinamento, realizados principalmente pelos MV, possuem um papel importante nesse processo (Hovell, 1998; Ramaswamy, 1998).

Esforços devem promover a qualidade de vida dos criadores e trabalhadores envolvidos bem como a qualidade de vida dos animais, tanto através da seleção genética de animais mais linfáticos, facilitando um menor estresse e uma melhor relação homem-animal bem como uma mudança de atitudes e comportamentos dessas pessoas através de iniciativas educacionais, desenvolvendo a percepção tanto entre eles quanto para a sociedade que eles são guardiões de vidas e não carcereiros de uma prisão (Waiblinger et al., 2006).

As dificuldades são inúmeras e colossais, a começar pela já demonstrada dificuldade econômica. Pelo menos a metade dos usuários dos AT é extremamente pobre. A maioria dos países em desenvolvimento não possui a tradição de BEA ou até mesmo organizações não governamentais (ONGs) de defesa dos animais. Serviços veterinários a campo são inúmeras vezes inexistentes (Ramaswamy, 1998).

As ONGs e os MV devem persuadir o governo a se engajar no processo de modernização do aproveitamento da tração animal, ressaltando sua importância econômica, ao aumentar a produção agrícola, gerar empregos, gerar bioenergia devido ao aproveitamento do esterco, reduzir o desgaste de estradas e plantações e criar menor fadiga e desconforto para os animais (Ramaswamy, 1998).

Particularmente, sobre os equídeos urbanos guiados por carroceiros, uma solução poderia simplesmente ser de proibir o uso destes na tração de veículos (Haupt, 2001). No entanto, essa solução radical ignora as condições precárias de subsistência que os carroceiros se encontram indo agravar as condições sócio-econômicas dessa parcela da população, a colocando na ilegalidade. Outra solução seria haver treinamento e uma maior conscientização desses condutores, incluindo nesse programa conceitos de bem-estar animal e é claro, fornecendo condições para que eles sejam colocados em prática (Prefeitura..., 2005; WSPA, 2006).

Um exemplo de projeto envolvendo os carroceiros é o “Projeto Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros de Belo Horizonte”. A parceria é constituída pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com participação da Escola de Veterinária, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pró-Reitoria de Extensão e da Escola de Farmácia, e pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Os objetivos desse projeto são restaurar a qualidade do meio ambiente urbano através dos carroceiros, elevar a qualidade de vida dessa parcela da população e indiretamente da população municipal em geral, além de elevar o grau de bem-estar animal. O BEA é melhorado através de atendimento médico veterinário a baixo custo; vacinação gratuita contra raiva, melhoramento genético dos animais de tração e educação através de treinamentos, palestras e reuniões periódicas onde são abordados manejos sanitário e alimentar além de primeiros socorros (Silva & Ventura, 2001; Filho et al., 2004; Maranhão et al., 2006).

Conforme Simalenga & Pearson (2003), em uma propriedade rural menor que 50 hectares, característica da agricultura familiar de subsistência, a criação quase que exclusiva de fêmeas bovinas pode ser uma opção de condensar numa menor população de animais, que disputam pela mesma quantidade de colheita, a obtenção de uma maior variedade de produtos e subprodutos, inclusive a força de tração animal. Com isso essa população animal receberia melhores alimentos, teria melhores condições de saúde e bem-estar e o produtor em troca otimizaria seu sistema de produção obtendo um maior retorno econômico frente às dificuldades existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de animais de trabalho a favor dos seres humanos constitui um dilema ético, gerando discussões éticas, legais e morais. O status moral e o valor intrínseco dos animais frequentemente não são levados em consideração e estes são, em sua maioria, subjugados frente ao desejo de enriquecimento econômico e à necessidade de sobrevivência dos seres humanos. Há alguns anos e lentamente, esta realidade está se modificando, o que pode ser traduzido pelo surgimento da ciência de bem-estar animal e pela atuação de diversas organizações não governamentais em prol dos animais. Elas não surgiram do nada, são uma consequência da demanda da sociedade em geral, que cada vez mais se sensibiliza com o sofrimento dos animais.

Os animais não falam e, portanto não argumentam, por isso não podem reclamar seus direitos. Cabe então ao médico veterinário buscar alternativas viáveis que vá integrar tanto um tratamento mais ético e humanitário aos animais durante a exploração de seu trabalho, quanto facilitar o desenvolvimento social, cultural e econômico dos seres humanos. Infelizmente, como regra geral, essa classe profissional não tem consciência de seu potencial como articuladora entre os proprietários e tratadores, o governo, a comunidade científica e demais membros da sociedade. Isso em grande parte pela sua formação universitária básica deficiente nas áreas de BEA e ciências humanas tais como, economia, administração rural, deontologia, sociologia, filosofia, ética dentre outras, não se encontrando apta para tal desafio e oportunidade.

Os médicos veterinários precisam desenvolver sua responsabilidade frente aos animais, preparando-se melhor, inclusive para confrontar debates éticos,

atualizando-se e associando-se a colegas da mesma classe e a profissionais de outras áreas, através de uma proposta multidisciplinar, e também a organizações não-governamentais, a fim de elevar o grau de bem-estar dos animais de trabalho e o desenvolvimento dos seres humanos. Também devem demandar que a Universidade prepare melhor seus futuros colegas, educando-os para serem melhor preparados e precursores da defesa dos direitos de uma melhor qualidade de vida dos animais.

A Universidade como formadora de profissões e sendo o cerne da comunidade científica possui a obrigação moral de através de projetos de extensão levar aos produtores rurais, aos carroceiros, ao governo e a demais membros da comunidade o conceito de bem-estar animal e colocar os projetos de associar produtividade e baixo sofrimento dos animais em prática. Também deve inserir na formação dos profissionais, sejam eles médicos veterinários, zootecnistas, economistas, filósofos, médicos ou seja lá que área do conhecimento for, os conceitos e suas aplicações práticas de ética, bem-estarismo e bem-estar animal.

A sociedade e seus representantes legais, como o governo, devem também cumprir seu papel. É praticamente impossível controlar em toda parte e todo lugar os abusos contra os animais, por isso a população deve por si só respeitá-los e denunciar às autoridades casos de maus tratos frente aos mesmos, mais especificamente aos de trabalho, facilitando assim que as leis sejam cumpridas. O governo, por outro lado, deve criar leis mais efetivas, realistas, regulamentá-las e principalmente, fazer com elas sejam cumpridas.

REFERÊNCIAS

- Arkow P. 1998. Application of ethics to animal welfare. *Applied Animal Behaviour Science*. 59:193-200.
- Batenson P. 2004. Do animals suffer like us? – the assessment of animal welfare. *The Veterinary Journal*. 168:110-111.
- Bentham J. 1979. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. Abril Cultural, São Paulo, p.336.
- Bianchi M.D. & Villela C.L. 2005. Medicina veterinária – a história da arte de curar animais (parte I). *Boletim Médico Veterinário UNIPINHAL*. 1(1):5-11.
- Bonney R.J. 2006. Farm animal welfare at work. *Applied Animal Behaviour Science, Sentience in Animals*. 100(1):140-147.
- Broom D.M. & Molento C.F.M. 2004. Bem-estar animal: conceito e questões éticas relacionadas – revisão. *Archives of Veterinary Science*. 9(2):1-11.

- CRMV-MG. 2002. Código de Ética Profissional do Médico Veterinário. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.10.
- Costa M.J.R.P. Comportamento e bem-estar de bovinos e suas relações com a produção de qualidade. Botucatu: NUTRIR. Capturado em 18 de dez. 2009. Online. Disponível na Internet <http://www.fca.unesp.br/nutrir/artigos/sanidade/comportamento.PDF>
- Dunlop R.H. & Williams D.J. 1996. Veterinary Medicine: An Illustrated History. St. Louis: Mosby, St. Louis, p.692.
- Empresa de Assistência e Extensão Rural - EMATER. 2000. Roçadeira de campo com tração animal. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. 1(1):38.
- Ferreira A.B.H. 1987. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, p.576.
- Filho J.M.S., Palhares M.S., Maranhão R.P.A. et al. 2004. Manejo alimentar dos animais de tração da regional Pampulha – Belo Horizonte. Anais 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 12-15 set., Belo Horizonte, MG. Capturado em 20 de maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Desen3.pdf>
- Haupt K.A. 2001. Equine welfare. Capturado em 20 de jun. 2010. Online. Disponível na Internet http://www.ivis.org/advances/Behavior_Haupt/haupt3/chapter_frm.asp?LA=1
- Hovell G.J.R. 1998. Welfare considerations when attaching animals to vehicles. Applied Animal Behaviour Science. 59:11-17.
- Lensink B.J. 2002. A relação homem-animal na produção animal. Anais I Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte, 2 set.-15 out., via Internet. Capturado em 19 maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congressovirtual/pdf/portugues/s/02pt04.pdf>
- Lund V., Coleman G., Gunnarsson S., Appleby, M.C. & Karkinen K. 2006. Animal welfare science – working at the interface between the natural and social sciences. Applied Animal Behaviour Science. 97(1):37-49.
- Maranhão R.P.A., Palhares M.S., Melo U.P., Rezende H.H.C., Braga C.E., Silva filho J.M. & Vasconcelos M.N.F. 2006. Afecções mais frequentes do aparelho locomotor dos equídeos de tração no município de Belo Horizonte. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia. 58(1):21-27.
- Michaelis H & Weiszflog W. 1998. Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Melhoramentos, São Paulo, p.2259.
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. 2010. Classificação brasileira de ocupações. 3ª ed. Vol. 2. MTE, Brasília. 594p. Capturado em 19 de maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/download?tipoDownload=2>
- Molento C.F.M. 2005. Bem-estar e produção animal: aspectos econômicos – revisão. Archives of Veterinary Science. 10(1):1-11.
- Moraes R. 2003. A importância da ética na formação de recursos humanos. Caderno de Administração Unigoiais – Anhanguera, ano 1. (1):1-10.
- Neta J.H. 2004. Consciência animal. Revista CFMV – Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária. (31):59-65.
- Paixão R.L. 2005. Experimentação animal: razões e emoções para uma ética. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 151p. Capturado em 20 de maio 2010. Online. Disponível na Internet portaldes.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2001/paixaorld/capa.pdf
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. O que é a coordenadoria de bem-estar animal. Florianópolis. Capturado em 20 de maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.pmf.sc.gov.br/bemestaranimal/coordenadoria.html>
- Price E.O. 1984. Behavioural aspects of animal domestication. Quarterly Review of Biology. 59:1-32.
- Pritchard J.C., Lindberg A.C., Main D.C.J. & Whay H.R. 2005. Assessment of the welfare of working horses, mules and donkeys, using health and behaviour parameters. Applied Animal Behaviour Science. 69(3-4):265-283.
- Ramaswamy N.S. 1998. Draught animal welfare. Applied Animal Behaviour Science. 59:73-84.
- Raymundo M.M. & Goldim J.R. 2002. Ética da pesquisa em modelos animais. Bioética. 10(1):31-44.
- Silva A.L. 2004. Símbolo da ética. Acta Cirúrgica Brasileira. 19(6):585-586.
- Silva L.V. & Ventura V.N. 2001. Correção ambiental e reciclagem com carroceiros. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, p.12. Capturado em 20 de maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.eaesf.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experiências/2000/8%20-%20carroceiros%20bh.pdf>
- Simalenga T.E. & Pearson R.A. 2003. Using cows for work. University of Edinburgh, Roslim, p.13.
- Toledo G. Animais de tração. Capturado em 20 maio 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.pea.org.br/educativo/slides/tracao.pps>
- Waiblinger S., Boivin X., Pedersen V., Maria-Vittoria T., Janczake A.M., Visserf E.K. & Jones R.B. 2006. Assessing the human-animal relationship in farmed species: a critical review. Applied Animal Behaviour Science. 101(3):158-242.
- World Society for the Protection of Animals - WSPA. 2006. Conceitos em bem-estar animal. Curso de Docência em Bem-Estar Animal, 11-13 maio 2010, Belo Horizonte, MG. 1 CD-ROM.